

MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS/RS - CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2017

RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR - PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: INSPETOR TRIBUTÁRIO

QUESTÃO: 39	GABARITO PRELIMINAR: B
<p><i>Segundo a Lei Municipal nº 4.410/2011, a promoção será realizada dentro da mesma categoria funcional mediante a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior. No que diz respeito à promoção, é CORRETO afirmar que:</i></p> <p>a) <i>Será avaliado o desempenho do servidor público para que haja promoção, sendo um dos requisitos de desempenho o cumprimento dos prazos, quando houver, estabelecidos pelo gestor do setor.</i></p> <p>b) <i>Ocorre a interrupção da contagem do tempo de exercício para fins de promoção quando o servidor contar três faltas injustificadas ao serviço.</i></p> <p>c) <i>Quando o servidor receber auxílio doença, que não exceda a noventa dias, mesmo quando prorrogada, exceto quando por acidente de trabalho, será suspensa a contagem do tempo de exercício para fins de promoção.</i></p> <p>d) <i>O servidor promovido para a classe superior terá a soma do tempo de exercício da classe anterior contabilizada no exercício da classe promocional.</i></p> <p>e) <i>O servidor que possuir título de nível superior será promovido de classe para duas imediatamente posteriores, desde que tenha cumprido pelo menos quatro dos requisitos de desempenho para fins de promoção.</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no conteúdo “Publicações e legislações relacionadas com os conteúdos indicados”, sendo que foi elaborada com base em: BRASIL. *Lei nº 12.527*, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm).

A alternativa “a” foi assim apresentada:

Uma das suas diretrizes é que haverá a divulgação pública da informação sempre que solicitada.

De acordo com a lei acima referida, tem-se que:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

[...]

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.

Assim, a alternativa “a” está incorreta.

A alternativa “b” foi assim apresentada:

O prazo máximo, do órgão ou entidade pública, para proceder com a reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas é de **dois dias**.(grifo nosso).

De acordo com Lei nº 12.527/2011, tem-se que:

Art. 39. Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo **de 2 (dois) anos**, contado do termo inicial de vigência desta Lei. (grifo nosso).

Portanto, a alternativa “b” está incorreta.

A alternativa “c” foi assim apresentada:

É ilícita a conduta quando o agente público divulgar ou permitir a informação sigilosa ou pessoal, salvo quando se tratar de violação dos Direitos Humanos.

Conforme disposto na Lei nº 12.527/2011, tem-se que:

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:
[...]

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;

Assim, a alternativa “c” está incorreta, uma vez que não há previsão de exceções para a divulgação ou permissão de divulgação de informações sigilosas ou pessoal, por assim, qualquer que seja o acesso, a divulgação ou permissão pelo agente público, a conduta será ilícita.

A alternativa “d” foi assim apresentada:

A informação é aquela definida como a coletada na fonte com o máximo de detalhamento possível e sem modificações.

Segundo dispõe a Lei nº 12.527/2011, tem-se que:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Desse modo, a alternativa “d” está incorreta.

A alternativa “e” foi assim apresentada:

Quando se tratar de informação necessária à tutela judicial, essa poderá ser negada, por ser de interesse exclusivo das partes.

De acordo com Lei nº 12.527/2011, tem-se que:

Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Assim, a alternativa “e” está incorreta.

Em sendo assim, considerando que a questão não apresenta alternativa passível de estar correta, a mesma deve ser anulada.

CONCLUSÃO: ANULE-SE a questão.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 1º de março de 2018.

Objetiva Concursos Ltda.